

Carreira acadêmica e universidade pública: o caso dos docentes da FFLCH-USP.

GLAUBER CÍCERO FERREIRA BIAZO*

O destino de toda visão utópica está vinculado ao destino dos intelectuais, pois se em algum momento a utopia pode sentir-se em casa, é entre os pensadores independentes e nos cafés por eles frequentados. Na medida em que estes já não existem, a visão utópica esmorece. (JACOBY, 2001: 139)

Hoje, na minha visão, a universidade é um dos últimos espaços onde existe uma aproximação em relação à utopia na sociedade moderna (SAID, 1996: 80)¹.

A publicação do livro *Os últimos intelectuais: a cultura americana na Era da academia* (Jacoby, 1990) causou um grande impacto nos acadêmicos brasileiros porque oferecia explicações a respeito do desaparecimento dos intelectuais públicos nos Estados Unidos e relacionava a sua ausência ao fenômeno da profissionalização e, especificamente, à institucionalização acadêmica. “Os sociólogos radicais podem sonhar com a revolução, mas investem em sua profissão”, concluía Jacoby ao questionar a adesão dos intelectuais a uma espécie de ostracismo originado pela carreira universitária.

Analisando a condição dos intelectuais na América do Norte e na Europa ocidental, portanto, um contexto social no qual a democracia política, bem como as universidades, já se encontravam em um estágio avançado de amadurecimento profissional em relação ao Brasil, Russell Jacoby alertou para o fato de que as carreiras acadêmicas minavam a liberdade dos intelectuais:

À medida que obtinham postos na universidade, os intelectuais da Nova Esquerda passavam a desfrutar de benefícios: salários regulares, férias prolongadas e a liberdade de escrever, e às vezes ensinar o que queriam. Evidentemente, não era tão simples assim. Muita insegurança ronda o empreendimento acadêmico. O futuro de um indivíduo dependia de um complexo conjunto de avaliações realizadas por colegas e por administradores. A própria liberdade acadêmica era frágil e seus princípios frequentemente ignorados. Essas avaliações não estavam também restritas a administradores intrometidos ou investigadores externos. A ameaça provinha, talvez de modo crescente do próprio interior; as carreiras acadêmicas minavam a liberdade acadêmica. Isso pode ser um paradoxo, mas evoca uma condição inerente a liberdade

* Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), bolsista PNPd-Capes. Doutor em História Social pela FFLCH-USP.

¹ Trecho de entrevista concedida por Edward Said em junho de 1992, em Londres, para Anne Beezer e Peter Osborne.

acadêmica – a instituição neutraliza a liberdade que garante. Para muitos professores, em muitas universidades, liberdade acadêmica significava nada mais do que a liberdade de ser acadêmico. (JACOBY, 1990: 131).

A universidade para Jacoby teria se tornado uma armadilha para os intelectuais que, consumidos pela burocracia e dedicados unicamente a cumprir exigências para a progressão na carreira, acabavam abandonando o compromisso com as questões públicas mais amplas. O debate em torno dos intelectuais foi enriquecido, anos mais tarde, quando Edward Said teceu considerações menos ostensivas à universidade, interpretando-a como um dos últimos espaços da sociedade moderna onde uma aproximação em relação à utopia era possível. Nesse sentido, a própria trajetória acadêmica de Said apresentava o potencial crítico existente no interior da universidade e de seus intelectuais, ao trabalhar no sentido de estabelecer um diálogo efetivamente público.

O estudo do processo de profissionalização da carreira acadêmica ocorrido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), através da compulsão de memoriais e da realização de entrevistas de história oral de vida com professores titulares, evidenciou que as proposições formuladas por Jacoby, apesar das instigantes contribuições, precisavam ser problematizadas². O autor de *O fim dos intelectuais* tinha razão ao afirmar que a universidade e a carreira acadêmica foram responsáveis por conceber um novo contorno à atividade intelectual, mas, seria mesmo a nova condição profissional oferecida pelas universidades públicas a responsável direta pelo afastamento desses em relação à esfera pública? Teria a universidade força suficiente para destituir seus professores de autonomia e independência intelectual? Pessimista em relação ao processo de institucionalização, Jacoby chegou a afirmar que as universidades somente contratavam intelectuais com postura agradável e conivente com as regras, ou seja, incapazes de

² Foram entrevistados 19 professores titulares da FFLCH-USP entre 2011 e 2013, a saber: Ana Fani Alessandri Carlos, Benjamin Abdala Júnior, Davi Arrigucci Júnior, Eunice Ribeiro Durham, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, Franklin Leopoldo e Silva, Janice Theodoro da Silva, José Álvaro Moisés, José Augusto Guilhon de Albuquerque, Leyla Perrone-Moisés, Mário Miguel González, Olgária Chain Feres Matos, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Renato Janine Ribeiro, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Sandra Margarida Nitrini, Sérgio França Adorno de Abreu, Wanderley Messias da Costa e Zilda Márcia Gricoli Iokoi. As entrevistas podem ser consultadas na íntegra no volume 2 de minha tese de doutorado e foram devidamente aprovadas pelos respectivos narradores. Ver: (BIAZO, 2014)

fomentar a crítica ao próprio sistema³. A hipótese de Jacoby, contudo, parecia ignorar as relações acadêmicas como um espaço de conflito inserido no interior da sociedade e em diálogo permanente com esta.

Uma vez comparadas as posições de Jacoby e Said, notou-se que a principal diferença entre as análises dos autores quanto aos intelectuais que trabalhavam em universidades, consistia na relação estabelecida por estes com o processo de institucionalização da carreira acadêmica. Enquanto para o primeiro, a carreira docente moldava o intelectual promovendo sua domesticação, para o segundo, o docente era o único responsável por dar conteúdo à própria carreira universitária, estando capacitado a ultrapassar os limites impostos pela mesma. Portanto, na perspectiva defendida por Said, não se podia negar o fato dos docentes serem sujeitos ativos no cotidiano processo de construção e reconstrução da universidade, bem como capazes de resistir e avaliar criticamente a profissionalização.

Os primeiros ensaios preocupados com a questão da institucionalização dos intelectuais no Brasil surgiram no final da década de 1970 no contexto da (re)introdução do debate em torno da democracia e, especialmente, durante o lento período de sedimentação da Lei 5540/68 (CUNHA, 1988)⁴. Naquele momento, as apreciações de Marilena Chauí estavam voltadas para os intelectuais e os partidos políticos que defendiam uma concepção “etapista” da história, baseada em um marxismo vulgar e condescendente com uma democracia limitada e de caráter instrumental. Para a autora, “a fala dos intelectuais, dominando o campo da opinião pública, poderia impor o silêncio a outros sujeitos sociais (...) mais precisamente, à classe trabalhadora” (CHAUÍ, 2006: 39). O alvo de suas críticas eram os intelectuais eivados de postura vanguardista

³ A análise de Jacoby ressalta os problemas relativos à institucionalização acadêmica dos intelectuais: “as universidades estimulam uma forma intelectual definida. Elas não expulsam, simplesmente não contratam aqueles incapazes ou obstinados demais para se adaptarem a elas. Até Henry Luce, dono do império da revista Time, frequentemente denunciado como um expert no assunto, empregava e até apreciava errantes dissidentes. As universidades, por outro lado, contratam através de comissões: um candidato necessita de títulos universitários, referências, a deferência adequada, um comportamento agradável...” (JACOBY, 1990: 246).

⁴ As reformas promovidas por essa lei determinaram segundo o autor citado: o desaparecimento efetivo das cátedras ou cadeiras como unidades básicas do ensino e da pesquisa, substituídas pelos departamentos, que aglutinariam os docentes pertencentes às disciplinas afins; a integração das várias áreas que desenvolviam ensino e pesquisa comum; a criação dos assim chamados cursos básicos (primeiro ciclo) e profissionais (segundo ciclo); o estabelecimento das matrículas por disciplina, em substituição às tradicionais matrículas por série; e a extinção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Na Universidade de São Paulo, especificamente, os professores titulares viriam a substituir paulatinamente os professores catedráticos na nova carreira que começava a se estabelecer por meio dos concursos públicos.

própria à esquerda tradicional que, supostamente, eram incapazes de estabelecer uma relação de diálogo com os novos personagens que entravam na cena política brasileira, como os movimentos sociais nos bairros da periferia, as associações de mulheres e o novo sindicalismo. Surgia, assim, como modelo ideal para a autora, um intelectual atento aos novos sujeitos históricos e capaz de compreender as lutas sociais a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores.

Mais de trinta anos depois, o intelectual que supostamente se impunha com postura autoritária e concepções pré-concebidas diante dos movimentos sociais havia perdido terreno e, curiosamente, as preocupações de Chauí voltavam o seu foco para a ausência de intelectuais engajados e para o que a própria autora acabaria definindo como “a Era do retorno dos intelectuais para o silêncio de seus trabalhos acadêmicos” (CHAUÍ, 2006: 30). Dessa maneira, as concepções de Chauí parecem muito mais refletir o embaraço dos intelectuais em relação às novas possibilidades e responsabilidades acarretadas pelo jogo político democrático do que, propriamente, apresentar uma análise que consiga dimensionar a questão intelectual no país nos últimos trinta anos.

Bernardo Sorj foi um dos primeiros a descrever a “metamorfose dos cientistas sociais em técnicos especialistas e consultores universitários” que, segundo ele, passaram a depender dos financiamentos de pesquisa como complementação salarial devido ao processo inflacionário nos anos 1980. Segundo Sorj, “a velha oposição USP/ISEB se dissolveu na prática num novo tipo de cientista social com formação acadêmica sólida e visão crítica da sociedade, mas que funciona como especialista (técnico ou consultor) de instituições públicas”. Sorj examinou como o CEBRAP sofreu alterações que provocaram certo esvaziamento com a saída de alguns membros a partir do início do processo de redemocratização e de sua aproximação em relação ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (SORJ, 2001: 69-70)⁵. Em uma perspectiva mais ampla, este autor observou também como os intelectuais brasileiros tiveram que reorganizar suas atividades diante da sensação de perda de função social:

⁵ Sorj considera ainda que “embora os controles tenham sido limitados, e os apoios generosos, mais do que influir no conteúdo da pesquisa esses financiamentos tiveram como efeito uma generalização de um novo tipo de acadêmico-técnico, de universitário que adquire uma dimensão tecnocrática”.

A organização do Partido dos Trabalhadores, a atuação no seio do PMDB e nos movimentos sociais e sindicatos esvaziavam igualmente a universidade como centro de atuação e debate ideológico. Os intelectuais que queriam seguir mantendo uma influência política direta tiveram que se ligar a organizações partidárias e sindicais e aos novos fóruns de debate político – em particular a grande imprensa –, todos eles à margem da vida estritamente acadêmica. (SORJ, 2001: 79)

A questão do desaparecimento dos intelectuais públicos no Brasil veio à tona com grande impacto quando colocada em pauta por Francisco de Oliveira em artigo publicado em 1985 e intitulado *Aves de Arribação: a migração dos intelectuais* (OLIVEIRA, 1985: 20-26). Para Oliveira, os intelectuais estavam abandonando a pesquisa e as salas de aula e migrando para a esfera do Estado transformando-se em “gestores do poder”. Além disso, o autor ainda observava a renúncia de uma postura crítica, senão, revolucionária em termos marxistas, para aderir aos limites impostos pela fórmula democrática que era anunciada.

Desde então, o chamado desaparecimento dos intelectuais públicos e o tema relativo a cooptação dos intelectuais marcou várias análises realizadas no Brasil. Uma grande parte delas foi claramente influenciada pela perspectiva inaugurada por Russell Jacoby, o que permitiu a construção de um panorama bastante completo sobre os vários aspectos relacionados à profissionalização e institucionalização dos intelectuais a partir dos anos 1970 no Brasil.

Recentemente, pesquisas acadêmicas realizadas nas universidades públicas passaram a abordar diretamente as mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro e o seu impacto sobre o trabalho intelectual. Maria de Fátima de Paula concluiu a partir de uma pesquisa comparativa que investigou a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que os professores formados a partir dos anos 1970 apresentavam características novas e ligadas a um modelo de “especialização científica”. Para Fátima de Paula:

Muitos dos professores universitários da área de humanas que atingiram a maturidade intelectual nos anos 80 foram formados na pós-graduação estruturada nos anos 70, obtiveram apoio das agências de fomento à pesquisa e fizeram suas teses e obras de maior envergadura já tendo como influência um novo paradigma institucional e de produção científica. Além disso, vivenciaram, sob o signo da abertura política, a crise do paradigma marxista, das ideologias de esquerda e dos modelos de explicação anteriormente assumidos pelas ciências sociais (FÁTIMA DE PAULA, 2002: 207).

A tese *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)* de Lidiane Soares Rodrigues reconstituiu as biografias dos intelectuais que pertenceram ao chamado Seminário de Leitura de *O Capital* iniciado em 1958 e responsável pela introdução e leitura sistemática das obras escritas por Karl Marx na academia brasileira. Soares demonstrou como as trajetórias de mestres e discípulos ligados ao grupo elaboraram teses que dialogavam entre si e definiram uma determinada postura em relação à atividade política, afastando-os da militância político-partidária:

E, bem ponderadas as possibilidades, em 1958, um grupo que se dispusesse a ler Karl Marx e introduzi-lo no conjunto dos autores citados nas bibliografias, teses, aulas só lograria seu intento se o afastasse ao máximo da política partidária: a juventude da instituição estabelecida, a autonomia recente e conquistada a duras penas – que os seminaristas acompanharam por meio dos conflitos enfrentados por seus catedráticos – recomendava essa distância. *Em suma, se o grupo chancelasse a política partidária, ele é que não seria chancelado academicamente.* (RODRIGUES, 2011: 56).

Milton Lahuerta examinou a formação do CEBRAP e o esforço de Fernando Henrique Cardoso e outros professores da USP em manter viva a tradição das pesquisas iniciadas pela “escola paulista de ciências sociais”, baseada no questionamento ao nacional desenvolvimentismo e às práticas populistas de Estado e sindicatos. As pesquisas de Lahuerta examinaram ainda como a criação desse novo espaço institucional, onde os intelectuais passaram a ter que buscar financiamento para suas pesquisas, contribuiu para a elaboração de um pensamento de oposição no país:

Tais atributos garantiram aos intelectuais do Cebap, principalmente entre a juventude universitária, não apenas um público para suas ideias, mas também um forte aliado na luta democrática e na fixação de um conceito de democracia, centrado na ideia de fortalecimento da “sociedade civil”. (LAHUERTA, 2001: 64).

A pesquisa de Lahuerta propiciou também uma reflexão a respeito da aproximação dos intelectuais do CEBRAP em relação à agenda política da transição e, em particular, do MDB, que resultaria em uma base consistente de apoio da maioria de seus membros à campanha de Fernando Henrique Cardoso ao senado nas eleições de 1978. Por fim, Lahuerta demonstrou como o avanço do processo democrático interferiu

no surgimento de múltiplas avaliações em relação à sociedade civil e provocaram a formulação de posicionamentos políticos e teóricos distintos.

Fábio Cardoso Keinert em sua tese de doutorado *Cientistas Sociais entre ciência e política (Brasil: 1968-1985)*, avaliou como após 1968 os cientistas sociais foram obrigados a lidar com a expansão do sistema universitário e o processo de profissionalização das carreiras. Para este autor, a valorização dos títulos acadêmicos e a exigência de pós-graduação para ingresso na carreira universitária promoveram, aos poucos, uma alteração no perfil dos intelectuais. Fomentando o debate em torno do ensino superior, Keinert explicou ainda como as principais formulações teóricas gestadas em períodos anteriores à legislação militar foram transmitidas às gerações posteriores:

O que importa ressaltar é que o adensamento institucional, no período pós-1968, teve um impacto reduzido do ponto de vista dos laços entre as ciências sociais e as questões paradigmáticas. É possível dizer que a especialização das linhas de pesquisa não excluiu a existência de problemáticas decisivas, em larga medida herdadas das gerações anteriores. Na sucessão geracional, foram as ênfases analíticas e as técnicas de pesquisa que se modificaram, mas sem que isso significasse o declínio do consenso em torno de questões imperativas, caso da temática referente ao Estado brasileiro. (KEINERT, 2011: 178-179).

Depois de investigar a produção e atuação de vários artistas e intelectuais revolucionários nos anos 1960, onde se destacava a presença de um imaginário romântico e revolucionário (RIDENTI, 2000: 207), Marcelo Ridenti constatou o refluxo da brasilidade revolucionária⁶ enquanto “estrutura de sentimento” a partir do início dos anos 1980:

Os tempos mudaram e, especialmente a partir dos anos 1980, já era visível o progressivo trajeto de desaparecimento do intelectual ou artista atormentado com sua condição relativamente privilegiada numa sociedade subdesenvolvida e desigual, como a brasileira. (...) Aos poucos foi se esgotando o arquétipo do intelectual ou artista rebelde, cada vez mais raros nos dias de hoje. Os intelectuais críticos e comprometidos com a superação das contradições da modernidade capitalista tendem a dar lugar a

⁶ Para Ridenti (2010: 87), “hoje se pode identificar com clareza uma estrutura de sentimento que perpassou boa parte das obras de arte, em especial a partir do fim da década de 1950. Amadurecia o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, para usar o termo de Benedict Anderson (2008), sobretudo nos meios intelectuais e artísticos de esquerda ligados a projetos revolucionários. Compartilhavam-se ideias e sentimentos de que estava em curso a revolução brasileira, na qual artistas e intelectuais deveriam engajar-se”.

intelectuais resignados, contemplativos das eternas contradições, contra as quais pouco ou nada poderiam fazer. (RIDENTI, 2003: 207).

É possível apreender, a partir das considerações de Ridenti, que os intelectuais e artistas brasileiros resignaram-se e recolheram-se a espaços privados de convívio acadêmico diante das transformações políticas, econômicas e, até mesmo, geográficas ocorridas nos últimos 40 anos. Diante de um contexto de abandono das utopias revolucionárias, de encolhimento do espaço público, de novas formas de inserção do saber, das tecnologias e da universidade no modo de produção capitalista, de que trataram os autores supracitados, tornou-se imperativo avaliar o papel social e político dos docentes da FFLCH-USP enquanto funcionários públicos (CHAUÍ, 2006: 30).

As preocupações formuladas por Jacoby e por vários pesquisadores brasileiros em torno dos efeitos da profissionalização da carreira docente sobre a comunidade docente estudada, em um período de refluxo da brasilidade revolucionária, como definido por Ridenti, orientou a leitura dos memoriais de “titulatura” dos docentes e a realização das entrevistas. Contudo, as referências – muitas vezes negativas – em relação à institucionalização dos intelectuais, foram revistas em prol da averiguação das formas de resistência adotadas pelos professores no interior do processo de profissionalização. As entrevistas de história oral de vida acadêmica possibilitaram conhecer os diferentes modos através dos quais a comunidade docente formada no contexto de transição da ditadura para a democracia política, avaliou através de suas memórias as mudanças ocorridas na esfera acadêmica e o trabalho desempenhado diante das novas exigências políticas e sociais vivenciadas no regime democrático.

Tomados como agentes corresponsáveis pelo processo de profissionalização da carreira docente, os professores titulares foram interrogados quanto ao papel dos intelectuais na contemporaneidade e quanto à importância da área de humanidades e do ensino público. O conjunto de entrevistas revelou histórias de vida acadêmica construídas mediante conflitos travados entre os docentes e o processo de profissionalização. A pesquisa demonstrou ainda como os choques decorrentes de uma institucionalização peculiar provocaram reações diversas e demarcaram a configuração de uma posição intelectual em torno da defesa da autonomia universitária. Além disso, interpretadas pelo ângulo da negociação, as entrevistas permitiram identificar na questão da defesa do ensino público, do papel crítico da Faculdade de Filosofia e da

formação de intelectuais independentes, temas através dos quais as memórias individuais se entrecruzaram e deram conformidade à memória coletiva da comunidade docente (POLLAK, 1999: 205-206; HALBWACHS, 1990: 34).

As contradições próprias a uma zona fronteira, limitada entre os anos de chumbo e as novas exigências impostas pela perspectiva democrática, possibilitaram a construção de concepções baseadas em experiências de resistência política. Enquanto o papel público dos intelectuais era redefinido e, a olhos vistos, as ameaças em relação à universidade pública se arrefeciam, a comunidade docente da Faculdade de Filosofia reafirmava um *ethos* baseado na crítica independente e de raízes humanistas e na luta pela autonomia universitária, travada desde os tempos ditatoriais.

Constatou-se que o afastamento e a diminuição da presença dos intelectuais em relação ao espaço público devem ser interpretados menos como um fenômeno atrelado especificamente ao processo de institucionalização e profissionalização das carreiras docentes e mais como uma consequência dos novos diálogos estabelecidos no interior da sociedade civil e, desta, com a própria construção e exercício da política. O chamado “fim dos intelectuais públicos” também foi alvo dos questionamentos de Eric Hobsbawm que abordou a questão como um fenômeno atrelado ao contexto internacional de abandono das utopias revolucionárias e de inserção nos “tempos fraturados” impostos pelos novos mecanismos de atuação do modo de produção capitalista. Assim sendo, para este autor:

O declínio dos grandes intelectuais protestativos deve-se, portanto, não apenas ao fim da Guerra Fria, mas à despolitização de cidadãos ocidentais num período de crescimento econômico e ao triunfo da sociedade de consumo. O trajeto que vai do ideal democrático da ágora ateniense às irresistíveis tentações do *shopping center* reduziu o espaço disponível para a grande força demoníaca dos séculos XIX e XX: a saber, a crença em que a ação política era o jeito de aperfeiçoar o mundo. A rigor, o objetivo da globalização neoliberal era precisamente reduzir o tamanho, o escopo e as intervenções públicas do Estado. Nisso, foi parcialmente bem-sucedida. (HOBSBAWM, 2013: 231)

Diferentemente de algumas análises catastrofistas, o intelectual público não estaria fadado a um desaparecimento perene na concepção apresentada por Hobsbawm. O encolhimento da presença dos intelectuais protestativos, uma vez compreendido diante da contração do espaço público nas sociedades ocidentais, foi abordado como um

fenômeno reversível e que dependerá, para este autor, da capacidade de reconstrução do diálogo entre as partes envolvidas no século XXI.

Diante do debate, tornou-se salutar tomar as perspectivas dos autores supracitados como complementares e não excludentes, afinal, da mesma maneira que a carreira acadêmica molda os intelectuais, estes também interferem na organização dos trabalhos acadêmicos e definem, em negociação com a sociedade, qual a melhor forma da universidade corresponder às suas expectativas. Para adensar o debate sobre a relação entre intelectuais e sociedade, foi necessário ainda adotar outras perspectivas teóricas que se dedicaram a pensar a via recíproca, ou seja, aquela que corresponde à perspectiva que investiga os posicionamentos da sociedade para com os intelectuais.

Concepções antinômicas a respeito do papel dos intelectuais mostraram-se pouco convincentes porque reducionistas e encarceradas a um esgotado modelo dualista. Fugindo aos estereótipos “engajamento” ou “neutralidade”, Octávio Ianni contribuiu sobremaneira para a compreensão das relações entre o intelectual e a sociedade e os processos de institucionalização acadêmica. “O que está em questão, pois, não é a dualidade entre ‘neutralidade’ e ‘engajamento’, mas conhecer as condições objetivas e subjetivas através das quais se constrói a carreira intelectual” (IANNI, 1989: 110).

Na perspectiva elaborada por Ianni, para se avaliar adequadamente os intelectuais e seu trabalho seria preciso levar em conta as relações e o diálogo estabelecido entre estes e a sociedade, como também entre esta e os intelectuais:

É pouco, pois, colocar o problema em termos de “neutralidade” ou “engajamento”. Não se trata de saber e reconhecer se há ou não comprometimento político, religioso, empresarial, governamental do sociólogo ou cientista social. O que está em causa é reconhecer que as condições sob as quais se processa o conhecimento compreendem inclusive o modo pelo qual a sociedade absorve, seleciona, critica ou rejeita o produto da atividade intelectual. Todo esse encadeamento de condições e implicações entra na conformação do alcance da análise, reflexão, explicação ou talento do intelectual. Cabe reconhecer que os movimentos da sociedade, por seus grupos e classes, por suas disparidades de contradições, estão sempre presentes no modo pelo qual são pensados, estão se pensando. Não é apenas a teoria que se põe em prática, nesta ou naquela modalidade; é o movimento da história que frequentemente se decanta em teoria (IANNI, 2004: 334-335).

As considerações de Ianni reiteram a necessidade de se avaliar a atuação dos intelectuais sem perder de vista as atividades sociais mais amplas. Nesse sentido, a partir da costura das perspectivas micro e macro-histórica, buscou-se compreender o

contexto particular de formação de uma comunidade docente no transcorrer do processo de profissionalização da carreira acadêmica determinado pela Lei 5540/68. Destarte, os docentes da Faculdade de Filosofia foram observados com base na dinâmica política nacional responsável por rupturas e permanências que qualificaram a passagem da ditadura para a democracia no país.

Partindo das premissas elaboradas por Ridenti, investigou-se a estruturação e a profissionalização das carreiras intelectuais entre dois horizontes políticos distintos: os projetos utópicos e revolucionários e as novas exigências e responsabilidades acarretadas pela nascente democracia política, incluídas as elaborações críticas ao nacionalismo e ao populismo. As balizas ideológicas demarcadas pela hegemonia em torno do debate sobre a revolução brasileira e a posterior introdução da questão da democracia e do fortalecimento de suas instituições, qualificaram a memória coletiva da comunidade docente. Esse percurso histórico instruiu a construção de uma identidade de grupo fortalecida por uma convicção em torno da importância do ensino público e de suas responsabilidades enquanto professores e pesquisadores. A (re)democratização da sociedade brasileira tornava essencial reconstruir o diálogo entre universidade e espaço público, mas este já não seria mais realizado como antes, devido às dificuldades impostas pelo novo contexto histórico em relação ao trabalho intelectual.

Tomando como pressuposto que um dos principais aspectos que diferencia e dá sentido coletivo à comunidade docente pesquisada é o fato de ela ter se profissionalizado entre o ápice e o refluxo da brasilidade revolucionária, adotou-se ainda algumas contribuições baseadas na perspectiva teórica inaugurada por Zygmunt Bauman em *Legisladores e Intérpretes - sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Este livro sugeriu a elaboração de análises que passaram a levar em conta a condição dos docentes na recente história intelectual, ao situá-los no debate em torno da passagem da modernidade para aquilo que, provisoriamente, foi chamado pelo autor de “pós-modernidade”. Portanto, modernidade e “pós-modernidade”⁷ foram tomadas por Bauman como parâmetros para se pensar a prática intelectual:

⁷ O conceito de “pós-modernidade” elaborado em caráter provisório por Bauman (2010: 11), na verdade, dialoga diretamente com o de “modernidade radicalizada” estabelecido por Antony Giddens. Para Bauman: “a ideia de pós-modernidade pereceu-me desde o início uma solução provisória para o dilema. (...) o que achei menos aceitável nessa ideia foi a presunção de que ‘a era da modernidade’ terminou e que estamos, por assim dizer, já no ‘lado oposto’, ou pelo menos perto de entrar nele. Parecia inaceitável e errado, porque, até onde eu sabia, éramos modernos por completo; na verdade, mais modernos que

A serviço da teorização dos três últimos séculos da história europeia ocidental, vistos da perspectiva da prática intelectual. Essa prática é que pode ser moderna ou pós-moderna; a predominância de um ou outro dos dois modos distingue modernidade e pós-modernidade como períodos da história intelectual. (BAUMAN, 2010: 17-18).

Diante da crise do intelectual público apresentada por Jacoby nos Estados Unidos, surgia na Inglaterra no mesmo ano de 1987, uma abordagem também pioneira e original que procurava compreender a história intelectual como parte integrante de um contexto marcado pelo avanço das contradições de uma modernidade radicalizada⁸. “O mundo contemporâneo é impróprio para os intelectuais como legisladores”, afirmava o autor de *Legisladores e Intérpretes*. O estudo empreendido por Bauman procurou através da criação de duas metáforas, a do “legislador” e do “intérprete”, explicar as mudanças ocorridas em relação ao papel dos intelectuais na história.

Neste livro, Bauman contextualizou o intelectual diante de uma modernidade radicalizada, a qual, em seus livros posteriores, denominaria de modernidade líquida (BAUMAN, 2001). Conforme a sua interpretação, o intelectual legislador havia sido educado em uma vertente moderna e preparado para atuar em um contexto de certezas. Em uma abordagem inovadora, assumir a posição de intérprete significaria aprender a trabalhar outras habilidades e desempenhar funções mais compatíveis diante da “ausência de perspectivas futuras”. Mergulhados em uma “Era de incertezas”, caberia aos intelectuais, enquanto intérpretes, a condição “pós-moderna” de contribuírem como tradutores e facilitadores ao estabelecerem vínculos de comunicação entre tradições culturais diferentes. Segundo Bauman, ao tomarem para si a criação de novos valores sociais, Estado e mercado foram responsáveis por expropriar os intelectuais no contexto da modernidade radicalizada, o que teria não só provocado a perda de algumas

nunca”.

⁸ Giddens (1991: 132-133) entende que as transformações ocorridas em escala mundial no final do século XX correspondem à radicalização das contradições presentes na própria modernidade (modernidade radicalizada) e, portanto, são consequências de um processo que avança. Nesse sentido, tais alterações não representam indícios de uma Era “pós-moderna”. Enquanto os formuladores da chamada “pós-modernidade” defendem a “impossibilidade do engajamento político coordenado”, para Giddens, observar as mudanças contemporâneas pela ótica da modernidade radicalizada significa, entre outras coisas, compreender que “o engajamento político não só é possível como se faz necessário, tanto num nível global como localmente”.

atribuições e funções sociais mas, principalmente, a dificuldade de atuar e influenciar decisões tomadas no espaço público⁹.

Não foi exatamente a bipolaridade apresentada por Bauman, mas a abordagem problematizadora trazida por sua hipótese que interessou a investigação. As concepções de Bauman mostraram ser extremamente ricas se contempladas com a devida mediação. Os modelos construídos a partir das metáforas do “legislador” e do “intérprete” foram tomados como parâmetros, balizas interpretativas e, nessa perspectiva, contribuíram para a compreensão de aspectos ligados a condição dos intelectuais na contemporaneidade. Tratadas de maneira antinômica, dificilmente poderiam resultar em análises capazes de propiciar avaliações de situações concretas.

Adotar os princípios normativos da proposta interpretativa de Bauman significou pensar a comunidade docente pertencente à Faculdade de Filosofia como parte integrante do processo de transição da história intelectual no ocidente: contemplada pela perspectiva inaugurada pelos “legisladores” modernos e atualizada por intermédio das contradições estabelecidas pela modernidade radicalizada e pelo novo papel desempenhado pelos intelectuais “intérpretes”. Destarte, os parâmetros interpretativos sugeridos por Bauman, permitiram contextualizar a comunidade docente no interior desse intrincado processo na história ocidental de declínio do intelectual “legislador” e do predomínio crescente dos “intérpretes”. Nesse sentido, a comunidade docente forjada entre a ditadura e a democracia estaria igualmente localizada entre o refluxo da tradição legisladora e a ascensão dos intelectuais “intérpretes” no mundo ocidental.

A FFLCH-USP foi redesenhada pela memória coletiva da comunidade docente como um espaço de liberdade. Nesse sentido, uma das conclusões possíveis construídas em relação às concepções desses intelectuais, sustenta que o fato de pertencerem intrinsecamente à carreira pública, possibilitou a escolha de caminhos autônomos. Isso poderia explicar o fato de, em um contexto cada vez mais propício para o exercício do papel de “intérpretes”, muitos professores terem insistido em exercer atividades pautadas pelos parâmetros modernos, atuando como intelectuais “legisladores”. A universidade pública teria oferecido, assim, condições para que seus docentes

⁹ Segundo Bauman (2010: 44), o intelectual tradicional, ou legislador, deve ser pensado enquanto aquele que se dirige ao espaço público: “O que os unia? O que era reconhecido, à época, algo de que tinham consciência, e que foi poderosamente reforçado pela memória viva de uma época posterior? Eu sugiro que o único elemento unificador, mas poderoso e decisivo, não deve ser procurado no que – ou mesmo em como – os *philosophes* professavam, mas no propósito e na importância do próprio ato de professar”.



escolhessem desempenhar as funções que melhor atendiam a suas expectativas diante da redemocratização política; o que, não poucas vezes, possibilitou a construção de pontes entre atribuições diversas.

Ao fazerem referência à condição de autonomia construída pela carreira universitária, as memórias docentes deram contorno a diferentes modos de resistência em relação a interesses obtusos praticados pelo próprio Estado, bem como a perspectivas de teor patrimonialista e de setores imediatistas, tais como os de mercado. Pois, contraditoriamente, a posição dos docentes enquanto funcionários públicos lhes garantiu uma autonomia relativa, mas consistente, que, à maneira moderna, conferiu ao grupo a segurança necessária para o estabelecimento de pesquisas independentes e a apresentação de avaliações soberanas.

Essa mesma condição de funcionários públicos, que havia sido problemática durante o regime militar, seria galvanizada no período democrático, permitindo que as universidades estaduais e federais e seus docentes, de uma maneira geral, tivessem condições de pavimentar carreiras sólidas e capazes de resistir às constantes ameaças contra o interesse público. Essa perspectiva foi sintetizada pela crítica elaborada por Ianni ao processo que chamou de “industrialização da pesquisa”, ou seja, aquele que transforma os intelectuais em especialistas ou técnicos que se preparam para dar respostas a demandas externas e de mercado.

As preocupações de Octávio Ianni em relação à universidade pública foram reveladas no discurso proferido na cerimônia em que lhe foi concedido o título de professor emérito, em 28 de junho de 1997, no qual falou sobre “As Ciências Sociais na Época da globalização”. A universidade foi contemplada em sua fala, intitulada *O compromisso com a universidade*, como um local fundamental para a sociedade contemporânea. “O que está em causa é a universidade. Mais uma vez cabe repensar a universidade” (IANNI, 1999), destacava Ianni. Ao longo de sua palestra apresentou três ameaças contra a universidade pública que deveriam ser enfrentadas. Primeiramente, tratou das pressões que estariam impelindo a universidade para “ajustar-se ao *ethos* tecnocrático imposto de todas as formas pelo neoliberalismo”. “Os requisitos da produtividade e da ‘qualidade total’ estão sendo impostos à universidade, como se esta fosse ou devesse transformar-se em uma fábrica de mercadorias”, completou o autor. Em segundo lugar, a universidade estaria sendo desafiada para preservar e desenvolver

seu compromisso com a pesquisa original e o diálogo aberto com as mais diversas correntes de pensamento. Segundo Ianni, “além da formação de profissionais, técnicos, professores e pesquisadores, pode contribuir para o desenvolvimento das ciências, da filosofia e das artes. É assim que pode preservar e enriquecer o *ethos* humanístico, que continua a ser sua missão fundamental”. Por fim, a universidade estaria sendo provocada a abrir-se para a universalidade: “Mais do que nunca, cabe reconhecer que as transformações que estão acontecendo no mundo, nessa altura do século XX, abrem novos desafios e novas perspectivas para o ensino e a pesquisa, a razão e a imaginação”, concluía o autor.

As posições de Ianni, de algum modo, sintetizavam no final dos anos 1990, o sentimento de toda uma geração de professores universitários em relação à importância da universidade pública no Brasil. Não obstante, refletia as tensões provocadas pelas contradições entre interesses públicos e privados, além de fazer referência às pressões emanadas a partir das novas demandas sociais que passavam a bater à porta da democracia política. Diante das profundas contradições econômicas e das desigualdades sociais, Ianni foi enfático quanto à responsabilidade da universidade de “desenvolver o *ethos* humanístico, do qual toda sociedade carece e sem o qual padece” (IANNI, 2009: 16).

Em sintonia com as proposições de Ianni, a defesa da universidade pública é um dos traços constitutivos mais presentes na memória coletiva da comunidade docente pesquisada. As disputas travadas entre as memórias individuais resultaram em uma negociação na qual o ensino público e a preservação da autonomia docente constituem balizas que conferem identidade ao grupo pertencente à Faculdade de Filosofia. Além disso, foi possível atestar a preocupação com a produção de conhecimentos regulados pelo compromisso com pautas humanistas e a obrigação, peculiar aos intelectuais “legisladores”, de contribuir para a construção e aprofundamento do espaço público.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. *Legisladores e Intérpretes - sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- BLAZO, G. C. F. *Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.
- CHAUÍ, M. S. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CUNHA, L. A. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- FÁTIMA DE PAULA, M. de. *A modernização da universidade e a transformação da intelligentsia universitária*. Florianópolis: Insular, 2002.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *Sobre a História*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- _____. *Tempos Fraturados - cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- IANNI, O. *Sociologia da Sociologia – o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo, Ática, 1989.
- _____. *O Compromisso com a Universidade*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999.
- _____. “Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”. In: *Pensamento Social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 307-348.
- JACOBY, R. *Os últimos intelectuais – a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Edusp, 1990.
- _____. *O fim da utopia: política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- KEINERT, F. C. *Cientistas Sociais entre ciência e política (Brasil: 1968-1985)*. Universidade de São Paulo, 2011. Tese de doutorado apresentada à FFLCH.
- LAHUERTA, M. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)*, v. 8, 2001, p. 53-95.
- OLIVEIRA, F. “Aves de Arribação: a migração dos intelectuais”. In: *Lua Nova*, vol.2, nº.3, São Paulo, Dec. 1985, p. 20-26.
- OSBORNE, P. (Ed.) *A Critical Sense – interviews with intellectuals*. London: Routledge, 1996.
- POLLAK, M. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1999, p. 200-212.
- RIDENTI, M. *Professores e Ativistas da Esfera Pública*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Em Busca do Povo Brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Unesp, 2010.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP, 2011.
- SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC